



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682524 - MG (2021/0233641-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ROGERIO CALCADO COUTO
OUTRO NOME : ROGERIO CALÇADO SOUTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROGERIO CALCADO COUTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Conflito de Jurisdição n. 1.0000.20.596176-6/000).

O paciente está sendo investigado nos autos de inquérito policial instaurado para fins de apurar a suposta prática do delito de ameaça cometido contra sua ex-companheira.

Encaminhados os autos ao Juizado Especial Criminal de Araguari/MG, foi suscitado o conflito negativo de jurisdição, tendo o Tribunal de origem declarado a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias da Comarca de Araguari/MG.

Alega o impetrante que "houve violação da competência do Juiz Natural da Causa (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ARAGUARI-MG), (...) uma vez que pode gerar condenação a uma pena de prisão ao acusado no Juízo comum em vez de medidas como Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo pela Lei nº 9099/95" (e-STJ fl. 3).

Pondera que "os fatos ocorreram não em virtude de relação de violência de gênero, (...) sendo que não ensejam a aplicação da Lei Maria da Penha, pois não se observa de submissão à questão de gênero, tal fato que nega ao paciente o direito à transação penal dentre outros direitos" (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente, a suspensão do feito até a definição da competência do juízo. No mérito, pugna seja o processo remetido ao Juizado Especial Criminal.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se, em uma análise ainda preliminar do feito, que foi devidamente fundamentada a declaração da competência do juízo suscitado, nos seguintes termos (e-STJ fls. 73-76):

(...) no presente caso, proveniente do inquérito policial nº 0012504-95.2020.8.13.0035, tem-se que o autor e a vítima tiveram por aproximadamente 07 anos uma relação amorosa, tendo morado juntos por anos, e, à época dos fatos, mesmo que separados, continuavam a residir na mesma casa. Tem-se que no dia 07 de maio de 2020, o autor teria proferido ameaças de morte contra a vítima, além de ter tirado

todos os alimentos da geladeira e jogar no chão, tentando ainda danificar a geladeira da casa, tudo isso devido a um desentendimento na hora de buscar a filha do casal com a babá, tudo isso conforme auto de prisão em flagrante delito (fls. 04/11).

(...)

Dessa forma, resta claro que a conduta praticada pelo autor, R. C. C. contra a vítima L. R. F. configura um delito nos moldes de violência doméstica, amparada pela lei 11.340/06. Ora, por mais que tenham tido as ameaças início por desentendimento em relação à filha do casal, as atitudes por ele perpetradas de ameaças de morte, falar que "em casa vamos dar um jeito", jogar os alimentos no chão, e tentar levar a geladeira da casa onde reside o ex-casal demonstram uma medida extrema, que nada mais tem relação com a filha, mas sim com o fato de ser a vítima mulher com quem teve relacionamento amoroso, e, por isso, ele crer que tem algum controle sobre a mesma, tentando exercer isso através da violência psicológica.

Ademais, ressalto que dias antes dos acontecimentos aqui narrados, a vítima alega ter sido agredida, sendo inclusive atendida por médico legista, conforme narrado no REDS 2020-020873811-001, que estão apensos aos autos originais do presente procedimento investigativo.

Por fim, é de se ver que foram deferidas medidas protetivas em desfavor do investigado, para que, conforme fls. 14/15, ele se afaste da ofendida e da residência onde viviam, além de ela ter declarado sua vontade de representar contra seu ex-companheiro, o que só corrobora cada vez mais a natureza de violência doméstica do caso.

(...)

Por isso, conforme inteligência do art. 41 da lei 11.340/06, não se aplica a lei 9.099/95, que regula os juizados especiais, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra mulher.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência